

do valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente por uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do referido ativo.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.10. Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.11. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos com vigência na data base das demonstrações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados, bem como são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento de exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A despesa ou receita com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

2.12. Provisões

Uma provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis ou de outra natureza é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação presente ou não formalizada "constructive obligation" como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis são constituídas para perdas consideradas prováveis pela Companhia e por seus assessores legais, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e consideradas suficientes para cobrir perdas futuras segundo a administração da Companhia.

Quando relevante, as provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.13. Benefícios a empregados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o plano de participação nos lucros para os funcionários, o qual está baseado em metas globais e individuais.

2.14. Reconhecimento da receita

As receitas compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelas atividades de veiculação de publicidade e produção de comercial. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando critérios específicos tiverem sido atendidos, conforme descrito a seguir:

(i) A Companhia efetuou a veiculação das publicidades e a entrega dos serviços.

(ii) O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.

(iii) É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a Companhia.

(iv) Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

As permutas de veiculação de anúncios por serviços tem seu valor de receita e despesas reconhecidas a valor de mercado.

(a) Prestação de serviços

A receita inclui a comercialização de anúncios negociados localmente e aqueles negociados pela TV Globo em nome da Companhia para veiculação regional. O custo dos serviços prestados inclui participações nas receitas devidas à TV Globo de acordo com as cláusulas estabelecidas na Convenção Comercial. Conforme definido na Convenção Comercial o custo de programação é composto por um percentual da receita bruta e é reconhecido mensalmente no custo do serviço prestado.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.15. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelo Conselho de Administração ou Diretoria.

2.16. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras.

(a) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e, subsequentemente, são remensurados ao seu valor justo com as suas devidas variações lançadas contra resultado.

Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de hedge (*hedge accounting*).

Os valores justos dos instrumentos derivativos estão divulgados na Nota 11.

(b) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia revisa periodicamente a vida útil do seu ativo imobilizado. Esta revisão depende de análises técnicas, sobre o estado dos bens, obsolescência e padrão de uso, as quais estão sujeitas a julgamento. A Companhia utiliza profissionais do seu quadro de funcionários com conhecimento técnico considerado suficiente para fazer estas análises e determinar a vida útil mais adequada.

### 3. NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

A seguir são apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2017. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual, nem em exercícios anteriores:

- Alterações à IAS 7 (CPC 03): Iniciativa de divulgação;

- Alterações à IAS 12 (CPC 32): Reconhecimento de impostos diferidos ativos para perdas a realizar; e

- Melhorias anuais: Ciclo de IFRS 2014-2016.

A partir do exercício iniciado em 01 de janeiro de 2018, os pronunciamentos contábeis CPC 47 – Receita de contratos com clientes (IFRS 15) e CPC 48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9) tornam-se efetivos. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas nessas demonstrações contábeis.

- CPC 47 (IFRS 15) – Receita de contratos com clientes: estabelece princípios para o registro da receita provenientes de contratos com clientes e sua divulgação. Substituirá os pronunciamentos vigentes de reconhecimento de receita.

- CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros: introduz novas exigências para a classificação, mensuração, impairment, contabilidade de hedge e reconhecimento de ativos e passivos financeiros.

A partir de 01 de janeiro de 2019 estará vigente a seguinte norma, a qual não foi adotada nessas demonstrações contábeis e não será adotada antecipadamente:

- CPC 06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil: introduz exigências para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos. A norma estabelece o reconhecimento pelo arrendatário dos ativos e dos passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o seu prazo seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do leasing tenha valor não significativo. Para os arrendadores não há alterações substanciais, devendo se manter a classificação dos contratos de leasing como operacionais ou financeiros, conforme definido no IAS 17 – norma internacional equivalente.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2017	2016
Caixa - fundo fixo	51	65
Bancos - contas-correntes	2.299	664
Aplicações financeiras (i)	<u>76.937</u>	<u>8.278</u>
	<u><u>79.287</u></u>	<u><u>9.007</u></u>

(i) As aplicações financeiras correspondem a Certificados de Depósitos Bancários e aplicações financeiras em fundos DI de renda fixa são indexados pela variação do Certificado de Depósito Interbancários (CDI), com taxa anual de remuneração de 103.44% do CDI.

### 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2017	2016
Publicidade	28.455	25.674
Permutas	1.375	914
Outros	1.198	1.573
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	<u>(2.325)</u>	<u>(2.276)</u>
	<u><u>28.703</u></u>	<u><u>25.885</u></u>

O prazo médio de recebimento é de 35 dias.

As contas a receber de clientes tem a seguinte composição por idade de vencimento:

	2017	2016
A vencer	27.359	25.012
Vencidos até 30 dias	309	367
Vencidos de 31 até 60 dias	1.021	178
Vencidos de 61 até 90 dias	14	15
Vencidos de 91 a 180 dias	33	412
Vencidos acima de 181 dias	<u>2.292</u>	<u>2.177</u>
	<u><u>31.028</u></u>	<u><u>28.161</u></u>

#### Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A Companhia possui normas para o monitoramento de créditos e duplicatas vencidas, sendo o risco exposto ao saldo advindo da possibilidade de não recebimentos dos valores decorrentes de operações de venda. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise das contas a receber em aberto da Companhia e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber em aberto.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada abaixo:

Em 31 de dezembro de 2015	(1.303)
Complemento de provisão	<u>(973)</u>
Em 31 de dezembro de 2016	<u>(2.276)</u>
Complemento de provisão	<u>(49)</u>
Em 31 de dezembro de 2017	<u><u>(2.325)</u></u>

### 6. PARTES RELACIONADAS

	2017	2016
Contas a receber (circulante)		
TV Cultura de Maringá Ltda.	478	1.313
TV Oeste do Paraná Ltda.	506	1.282
Editora Gazeta do Povo S.A.	621	929
TV Esplanada do Paraná Ltda.	315	780
TV Cataratas Ltda.	271	549
Rádio e Televisão Imagem Ltda.	214	540
Rádio Intercontinental Ltda.	65	110
Editora o Estado do Paraná S.A.	57	93
Rádio Continental de Curitiba Ltda.	29	45
Rádio Cultura de Marialva	15	24
HD View	-	2
Outras	-	14
Total	<u>2.571</u>	<u>5.683</u>
Contas a receber (não circulante)		
Editora Gazeta do Povo S.A. (i)	-	14.111
Total	<u>-</u>	<u>14.111</u>
Contas a pagar (circulante)		
Editora Gazeta do Povo S.A	88	225
TV Oeste do Paraná Ltda.	3	4
TV Cultura de Maringá Ltda.	19	3
Editora Jornal de Londrina S.A.	-	2
TV Esplanada do Paraná Ltda.	4	1
TV Cataratas Ltda.	1	1
Outras	-	7
Total	<u>115</u>	<u>242</u>

(i) Referente a mútuo com a Gazeta do Povo com que em abril de 2017 foi perdoado conforme acordo entre as partes.

	Recuperação de despesas (a)	
	2017	2016
Editora Gazeta do Povo S.A.	8.758	10.677
TV Oeste do Paraná Ltda.	4.272	5.048
TV Cultura de Maringá Ltda.	3.931	4.658
TV Esplanada do Paraná Ltda.	2.686	3.013
TV Cataratas Ltda.	2.307	2.691
Rádio e Televisão Imagem Ltda.	1.901	2.319
Rádio Intercontinental Ltda.	579	1.276
Editora o Estado do Paraná SA.	818	1.191
Rádio Continental Ltda.	350	471
Rádio Cultura de Marialva Ltda.	232	267
Editora Jornal de Londrina S.A.	-	7
	<u>25.834</u>	<u>31.618</u>

a) As recuperações de despesas referem-se ao rateio de despesas do centro de custo compartilhado entre as empresas ligadas do GRPCOM - Grupo Paranaense de Comunicação, onde os serviços financeiros, contábeis, recursos humanos e demais despesas de infraestrutura necessárias para o adequado funcionamento das Empresas são rateadas mensalmente e liquidadas em no máximo quarenta e cinco dias. Para cada natureza de gasto existe um critério de rateio específico, sendo o valor base do rateio o montante de despesa incorrida

Do total de recuperação de despesas, R\$ 24.434 (R\$ 30.192 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a gastos compartilhados em 2017. Adicionalmente aos gastos compartilhados a Companhia também recupera gastos que ocorrem exclusivamente para cada uma das empresas que compõem o GRPCOM e não necessariamente a todas as empresas ligadas e que portanto estão incluídas neste montante. O total de gastos recuperados desta natureza em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 1.400 (R\$ 1.426 em 31 de dezembro de 2016).

#### Remuneração e benefícios da administração

A remuneração da administração é aprovada pelos acionistas da Companhia. O montante global da remuneração anual da diretoria ocorreu no exercício de 2017 foi de R\$ 2.886 (R\$ 2.531 em 31 de dezembro de 2016).

A remuneração da administração contempla os honorários e remunerações variáveis dos diretores, onde os benefícios são de curto prazo e os montantes estão registrados substancialmente na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

### 7. DESPESAS ANTECIPADAS

	2017	2016
Direitos de transmissão Campeonato Paranaense 2018	5.147	-
Licenças de informática	366	269
Auditoria	123	112
Outros	<u>327</u>	<u>224</u>
	<u><u>5.963</u></u>	<u><u>605</u></u>

As despesas antecipadas serão apropriadas ao resultado do exercício durante o prazo estabelecido para as mesmas, obedecendo ao regime de competência.

### 8. IMOBILIZADO

	2017		2016	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edifícios	8.572	(2.902)	5.670	5.985
Instalações	8.929	(3.834)	5.095	5.808
Móveis	1.618	(1.011)	607	745
Equipamentos Telecom	57.611	(47.775)	9.836	15.423
Máquinas e equipamentos	3.480	(2.181)	1.299	1.444
Equipamentos de Informática	11.017	(8.710)	2.307	3.662
Imobilizado em Curso	22	-	22	58
Outros	3.321	(1.149)	2.172	2.257
Total	<u>94.570</u>	<u>(67.562)</u>	<u>27.008</u>	<u>35.382</u>

A movimentação do ativo imobilizado, segregada entre custo e depreciação acumulada, está demonstrada a seguir:

	Custo	Edifícios	Instalações	Móveis	Equipamentos Telecom	Maquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Imobilizado em Curso	Outros	Total
Saldo em 31/12/2015	8.479	8.672	1.557	54.921	3.129	9.302	763	2.967	89.790	
Adições	796	95	52	808	277	1.776	-	336	4.140	
Baixas	(727)	-	-	(70)	-	(16)	-	-	(813)	
Transferências	-	-	-	705	-	-	(705)	-	-	
Saldo em 31/12/2016	<u>8.548</u>	<u>8.767</u>	<u>1.609</u>	<u>56.364</u>	<u>3.406</u>	<u>11.062</u>	<u>58</u>	<u>3.303</u>	<u>93.117</u>	
Adições	24	162	11	1.570	77	125	68	118	2.155	
Baixas	-	-	(2)	(323)	(3)	(170)	(104)	(100)	(702)	
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldo em 31/12/2017	<u>8.572</u>	<u>8.929</u>	<u>1.618</u>	<u>57.611</u>	<u>3.480</u>	<u>11.017</u>	<u>22</u>	<u>3.321</u>	<u>94.570</u>	

	Depreciação acumulada	Edifícios	Instalações	Móveis	Equipamentos Telecom	Maquinas e equipamentos	Equipamentos de Informática	Imobilizado em Curso	Outros	Total
Saldo em 31/12/2015	(2.248)	(2.110)	(704)	(33.729)	(1.716)	(6.094)	-	(955)	(47.556)	
Baixas	(337)	(849)	(160)	(7.282)	(246)	(1.322)	-	(91)	(10.287)	
Adições	22	-	70	-	16	-	-	-	108	
Saldo em 31/12/2016	<u>(2.563)</u>	<u>(2.959)</u>	<u>(864)</u>	<u>(40.941)</u>	<u>(1.962)</u>	<u>(7.400)</u>	<u>-</u>	<u>(1.046)</u>	<u>(57.735)</u>	
Adições	(339)	(875)	(149)	(6.933)	(219)	(1.344)	-	(103)	(9.962)	
Baixas	-	-	2	99	-	34	-	-	135	
Saldo em 31/12/2017	<u>(2.902)</u>	<u>(3.834)</u>	<u>(1.011)</u>	<u>(47.775)</u>	<u>(2.181)</u>	<u>(8.710)</u>	<u>-</u>	<u>(1.149)</u>	<u>(67.562)</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>5.985</u>	<u>5.808</u>	<u>745</u>	<u>15.423</u>	<u>1.444</u>	<u>3.662</u>	<u>58</u>	<u>2.257</u>	<u>35.382</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>5.670</u>	<u>5.095</u>	<u>607</u>	<u>9.836</u>	<u>1.299</u>	<u>2.307</u>	<u>22</u>	<u>2.172</u>	<u>27.008</u>	

Em 2017 e 2016 a Companhia não possui bens cedidos em garantia de processos judiciais.

A administração anualmente realiza avaliação para *impairment* para os ativos e em 2017 e 2016 não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perda.

#### Método de depreciação

O quadro abaixo demonstra as taxas anuais de depreciação pelo método linear definidas com base na vida útil econômica dos ativos que foram aplicadas aos exercícios de 2017 e 2016, apresentada pela média ponderada.

	Taxa ponderada %	
	2017	2016
Edifícios	4%	4%
Instalações	10%	10%
Móveis	10%	10%
Equipamentos Telecom	7%	7%
Máquinas e equipamentos	10%	10%
Equipamentos de Informática	20%	20%
Outros	10%	10%

### 9. INTANGÍVEL

	2017		2016	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Softwares	21.956	(10.607)	11.349	14.166
Marcas e Patentes	146	-		